



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Educação, Ciência e Cultura, Abel Baptista

Lisboa, 5 de Maio de 2014

Exmo. Senhor,

Em resposta ao Pedido de Informação de V^a Ex^a respeitante à Petição nº 368/XII/3^a seguem as observações e comentários da FERLAP – Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais.

Concretamente sobre as “medidas de política educativa que têm vindo a ser implementadas, considerando que estão hoje em risco a Escola Pública e a garantia do direito à Educação para todos, consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República Portuguesa”, concretamente sobre as medidas que relevam:

- 1. o aumento significativo do número de Alunos por turma e do número de turmas/níveis/anos de escolaridade por professor e a supressão de milhares de postos de trabalho docente, designadamente à custa da redução de ofertas formativas, de menor apoio para os Alunos com dificuldades e/ou social e culturalmente mais desfavorecidos e da sobrecarga dos horários de trabalho.**

A FERLAP considera:

Se as turmas já tinham um número elevado de Alunos, as mais recentes medidas e as orientações internas vindas do Ministério, vão, na verdade, no sentido de aumentar ainda mais esse rácio de Alunos por professor.

Ao contrário do propalado por alguns pseudo-cientistas e pseudo-pedagogos, está por demais provado que o excesso de Alunos por turma conduz a uma menor capacidade de transmissão e de recepção dos conteúdos lectivos. Em causa ficam a transmissão de conhecimentos, o seu treino e, conseqüentemente, a qualidade pedagógica.

Acresce ainda que esta redução do número de Professores se fez também à custa da degradação dos apoios sócio-educativos e das necessidades educativas especiais, do desaparecimento das áreas projecto, de estudo acompanhado e da educação sexual, bem como da redução do controlo da qualidade das AEC.

Como reconhece o Ministro Nuno Crato, estas medidas têm um único objectivo: diminuir o número de docentes.

Por vezes, face à irracionalidade económica, social e até política dos resultados, somos levados a pensar estarmos apenas perante uma segunda versão da, hoje (re)conhecida até pelos seus pares de família partidária, guerra de Maria de Lurdes Rodrigues com os Professores e as suas organizações sócio-profissionais em



primeiro lugar, alargada depois também ao Movimento Associativo Parental e à participação cívica dos Pais na Educação e na Escola, com resultados nefastos para o ensino de milhares de Alunos e reflexos até no abandono escolar precoce.

Fica a pergunta: Na prática em que melhorou o ensino nos diversos níveis com a aplicação de um novo sistema de avaliação, com a lista de rankings, com o aumento do número de Alunos por turma, com a burocratização das funções dos docentes, com a substituição das Comissões de Gestão por Reitores não encartados e, em muitos casos, de grande incompetência gestonária, com a falta de direitos e garantias constitucionais e o agravamento de penas do Estatuto Disciplinar do Aluno, com a saída dos Pais dos Conselhos Pedagógicos, com a diminuição da participação dos Pais noutros órgãos escolares?

Fica a resposta: Que nós Pais tivéssemos dado conta: NADA, RIGOROSAMENTE NADA! Antes pelo contrário, a Educação e o Sistema de Ensino estão a produzir cada vez mais, piores resultados na capacidade de dedução e juízo dos Alunos portugueses, como vêm a chamar à atenção diversos estudos de organismos internacionais (OCDE) e nacionais (CNE). Ou seja, todas estas medidas redundaram em Professores cansados e Professores e Alunos desinteressados.

E nós Pais, queremos os Professores dos nossos filhos disponíveis para ensinar e motivar os seus Alunos.

2. as que agravam a instabilidade profissional dos docentes, com a existência de um cada vez maior número de Professores em mobilidade, o aumento do desemprego e da precariedade, a imposição de uma prova de avaliação de conhecimentos e capacidades e a alteração das condições de aposentação.

A FERLAP considera:

Na sequência do que já se afirmou anteriormente, a redução e a instabilidade do corpo docente e não docente nas escolas, redonda todos os anos em atrasos nas colocações e nas mudanças de Professores e Auxiliares, das metodologias de leccionar, pedagógicas e de acompanhamento.

Também como já se afirmou não termos visto qualquer utilidade qualitativa pedagógica ou gestonária nos constantes discursos e arremessos para opinião pública de novíssimos e ministerialmente (em exclusivo) arrebatadores Sistemas de Avaliação que acabam a ocupar parte significativa do tempo à administração e aos Professores, logo ao ENSINO dos nossos filhos.

Por outro lado, quanto à prova de avaliação de conhecimentos, das duas, uma: ou o Ministro Nuno Crato engana-se quando enaltece a qualidade do Ensino Superior em Portugal, ou não se engana e nesse caso, não conseguimos vislumbrar a necessidade desse tipo de provas.



3. as constantes alterações legislativas, nomeadamente curriculares, de programas e de regimes de avaliação, sem fundamentação científica-pedagógica ou avaliação que as justifiquem.

A FERLAP considera:

Efectivamente, mais grave do que produzir alterações legislativas com a frequência de uma picareta electrificada, muitas delas a avulso e sem coerência com o já existente, como tem sido o caso no Ensino em Portugal, melhor seria que, com seriedade científica-pedagógica, envolvendo todos os interessados – os Partidos políticos a nível central, regional e local, os quadros administrativos, os investigadores das diversas áreas, as organizações sócio-profissionais de Professores e Auxiliares, os diversos agentes culturais, sociais e económicos, os Pais e os Alunos- se lançasse um debate sobre a qualidade do ensino e as reformas efectivamente necessárias na Cultura, na Ciência, na Educação e no Ensino em Portugal.

Por outro lado, enveredar cegamente por modelos, sistemas, indicadores e avaliações de paradigmas de desenvolvimento diferentes dos que nos têm servido e guiado, tem, ao longo da História, demonstrado ser um autêntico desastre.

Também, e sobretudo na Educação e no Ensino, sem desprezo pelo que outros têm vindo a debater e desenvolver e que nos possa servir como fonte inspiradora, ou não, seguir cegamente opções pensadas, criadas e desenvolvidas em reflexo e resposta a condições geográficas, culturais, sociais, políticas e económicas diferenciadas, resulta mal e, quando se promovem avaliações comparativas, privilegia a cultura e os processos dominantes, subordinando, sempre, em todas as vertentes, os seguidores aos seguidos.

E desde logo, deveríamos perguntarmo-nos: é mesmo este o modelo, o objectivo e o destino que queremos?

4. a revisão do Estatuto do Ensino Particular a Cooperativo, visando o alargamento do financiamento da ensino privada com dinheiros públicos, quando, em muitos casos, existem escolas públicas desaproveitadas, com recursos humanos, físicos e materiais adequados a um ensino de qualidade, inclusivo e universal.

A FERLAP considera:

Não podemos estar mais de acordo com esta observação.

Sugerir patrocinar o Ensino Particular com os impostos que nós Pais pagamos para promover o Ensino Público de qualidade, é uma opção completamente imoral e que nos parece fruto de interesses demasiadamente obscuros que nem o jargão ideológico pode sustentar.

O Ensino Público é Universal, o seu financiamento deve ser Público e a partir do processo redistributivo assente no Sistema Fiscal e o seu acesso deve ser gratuito.



A opção pelo Ensino Particular e o seu financiamento, deve ser uma responsabilidade exclusiva da família optante.

Não conseguimos compreender a moral do Ministro Nuno Crato e do Governo a que pertence, para virem falar de austeridade e corte de orçamentos e depois, desviar para a esfera privada, fatia significativa do orçamento PÚBLICO?

A não ser que o objectivo seja restringir o acesso à Cultura, Ciência, Educação e Ensino à larga maioria das filhas e dos filhos das Famílias portuguesas com rendimentos na média e abaixo da média nacional, promovendo para isso a diminuição da oferta pública em quantidade e em qualidade e desviar desta forma o financiamento público para o Ensino Particular, em benefício ainda maior, dos Alunos oriundos das Famílias da classe média alta e alta.

Em suma:

Neste contexto, a FERLAP concorda com a tomada de posição e exigência dos subscritores da presente Petição nº 368/XII/3ª, associando-lhe ainda a necessidade de:

Aumentar o Orçamento para a Cultura, Ciência, Educação e Ensino como elemento básico para uma verdadeira estratégia de crescimento e desenvolvimento social e económico;

Revisão dos rácios dos Assistentes Operacionais/Administrativos com base na realidade de cada Escola;

Manter as Actividades de Enriquecimento Curricular, mas integrando-as no currículo e colocando-as definitivamente sob a égide gestionária e pedagógica dos agrupamentos, sem que para isso se inviabilize as estratégias de parceria com a restante comunidade educativa já constituídas e que tenham demonstrado correcção pedagógica, qualidade de serviço e BOAS CONTAS;

Retomar as construções escolares congeladas (há Alunos a ter aulas em contentores há anos, sem refeitórios e outros equipamentos escolares);

Financiar os transportes escolares e o ASE na medida das suas necessidades e não de um qualquer esquadro e régua sem critérios;

Repor as áreas de projecto, de estudo acompanhado e de educação sexual;

Recuperar os projectos de distribuição gratuita dos Manuais Escolares e de Equipamentos Informáticos básicos;

Reforçar as componentes parentais nos órgãos de administração da Escola;

Optar pelo reforço do financiamento dos apoios sócio-educativos e das necessidades educativas escolares.

Decidir de uma vez por todas o que é importante para o futuro da Educação e do Ensino em Portugal, essa decisão passa por ouvir todos os intervenientes, como foi



FEDERAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

25 Anos Ao Serviço da Educação

www.ferlap.pt | ferlap@ferlap.pt | 936 511 943

Rua das Courelas Lote 3 - 1800-154 LISBOA

5 de Julho de 1957

dito acima, e pela assinatura de um pacto político para a Educação, que nos salvguarde das mudanças que acontecem cada vez que se troca de Secretário de Estado. O futuro de Portugal passa por um plano a longo prazo e, depende dele. A Educação NÃO pode viver de incertezas.

Melhores cumprimentos,

Isidoro Roque
Presidente